GE GRAFIA & SOCIEDADE

Orgão Oficial da Associação dos Geografos Brasileiros - AGB

2º Bimestre de 1988 - Nº 2

Nordeste: a seca e a cerca

á séculos vem se afirmando no Brásil que o problema do Nordeste é a seca É muita gente, geração após geração viveu disso. Tirou proveito da seca, montou uma verdadeira industria e acumulou fortunas às custas dos recursos públicos destinados à região. Vale a pena lembrar que na Argélia e em Israel, por exemplo, chove muito menos do que no Nordeste brasileiro e esses países dão exemplo de produtividade agrícola. É preciso chamar a atenção para outro aspecto. Além de contar com dois rios de grande porte - o São Francisco e o Parnaiba - o Nordeste brasileiro exibe seu centro geográfico o maior largo artificial do mundo: Sobradinho, e recebe agora com fechamento das comportas o de Raparica. Com tanta água exumulada - podemos até dizer que o sertão já virou mar como anunciava Antonio Conselheiro - cabe aos brasileiros de bom senso perguntar o problema real do Nordeste é a seca ou será a cerca? A cerca do latifindio que se expande a cada periodo de estiagem?

expande a cada periodo de estiagem?

Neste país onde a taxa de concentração do mundo, o Nordeste chega na
frente de qualquer região do país. Na
Bahia, por exemplo, dos 14 milhões de
habitantes apenas 5 milhões são dedicados à agricultura, à produção de alimentos. 12 milhões de habitantes estão destinados ao boi e 17 milhões de habitante
estão inteiramente ociosos. Para completar esse quadro, a concentração da terra
chega a taxas difíceis de imaginar 7,8%
das propriedades cercam 71% das terras
da Bahia.

Ao monopólio da terra o latifúndio soma o monopólio da água. Ter a terra não basta. Para estabelecer a dominação completa sobre os sertanejos, o latifúndio cerca a água. Cerca com arame farpado mas de forma muito mais eficiente, monopólio os projetos de irrigação. Nesta área de fome endêmica, os projetos de irrigação não estão voltados para resolver o problema da produção de alimentos. Eles estão orientados para fornecer matéria-prima para a agroin-



dústria. Casos do tomate, do pimentão Em nenhuma ostra região do país a necessidade da reforma agrária, de modificação profunda na política agrícola, se coloca de forma tão dramática. O Nordeste continua sendo o maior fornecedor de migrantes do país. Seja para o centro-sul, seja para as áreas de fronteira agrícola. A concentração da terra

porém produz outra mazela social. O desemprego. Hoje mais de 100 mil canavieiros estão desempregados na área canavieira de Pernambuco. Vejam bem, isso ocorre na Zona da Mata, onde chove regularmente. No Nordeste a miséria não distingue as áreas secas das áreas úmidas. Ela segue rente á cerca do lastificação. A estiagem agrava esse quadro. Ou quando chove pouco e tardiamente como ocorre agora. A chamada seca verde Tudo que o sertanejo tinha foi semeado. A chuva é insuficiente, a lavoura se perde, a fome bate à porta. Esse é o quadro da violência diária gerador de outras violências. Em 1985 foram envolvidas 1,400 pessoas em conflitos por causa da seca. Em 1987 essa quantia saltou para 49.720 nordestinos.

saltou para 49.720 nordestinos.

As frentes de emergência funcionam como uma invenção perversa do latifundio utilizando-se da máquina do Estado. Recursos públicos são consumidos para arregimentar as vítimas da seca e dispô-las ao serviço dos grandes beneficiários da seca Enganam-se os que imaginam que os períodos de seca são períodos de distribuição de renda no nordeste. A cada período de estiagem corresponde um fortalecimento do latifundio Homens e multieres e npregam seus esforços em obras realizadas em sua grande maioria em propriedades particulares, valorizando-as e dotando-as de condições para enfrentar as secas futuras. Para prestar esse serviço ao latifundio que os expulsou, os sertanejos nordestinos recebem atualmente de Cz\$ 80,00 a Cz\$ 120,00 por dia para cada família. Cosiderando que não alistam nas frentes mais de um membro de cada família.

Aos trabalhadores nordestinos não interessa apenas libertá-los da cordenação das frentes de emergência, geradora de corrupção, de servilismo, de dependência. Aos trabalhadores nordestinos como a todos os trabalhadores brasileiros interessa romper com o latifundio, democratizar a propriedade da terra e a utilização da água e garantir as bases para o exercício do seu direito a cidadania. A cidadania nasce da ação coletiva e organizada.

Luis Inacio Lula da Silva, é pernambucano de Garanhuns, metalurgico de S. Bernardo do Campo SP e o deputado mais votado do Brasil em 1986

FDITORIAL

Muitos são os artigos publicados na grande imprensa que falam dos problemas concretos da nossa geografia de cada dia. Esses ártigos ficam perdidos no meio dos jornais que privilegiam o Centrão, a política oficial, os grandes negócios de banqueiros industriais, grandes empresas agrícolas e a UDR. Como já disse o poeta "a dor da gente não sai no jornal" ou quando sai é daquele jeito pequenininho ou perdido. "Geografia e Sociedade" recolhe esses artigos perdidos e oferece, sobretudo ao professor de 1º e 2º graus.

matérias a serem trabalhadas em sala de aula depois de analisar a consistência científica das informações veiculadas. E um material barato e que permite ao professor dialogar com seus alunos a partir de problemas concretos.

Além disso, "Geografia e Sociedade" convida todos os professores de geografia a ficarem atentos ao que vai se passar agora nessa fase final da Constituinte. Sabemos que, apesar de ser predominantemente conservadora, ela contém pequenas conquistas dos trabalhadores em termos de direitos sociais e de meio ambiente. É preciso que fiquemos atentos e saibamos ler nas entrelinhas, de modo crítico, toda a campanha que a

imprensa escrita, falada e televisada vem fazendo à Constituinte e contra os políticos em geral. Ora se os políticos não prestam quem deve governar o país? Claro, os militares. Mas quem foi que disse que eles governam melhor que os políticos? Não foram eles que deixaram essa dívida externa; essa estrutura agrária latifundiária consolidada depois de 64; a pior distribuição de riqueza entre os países da América Latina?

Além disso, é sabido que a pequena bancada de esquerda na Constituinte (PT PC do B, PCB PDT (exceto dois que são do Centrão) e PSB tem tido um comportamento legislativo exemplar. Por que essa imprensa, que tanto desmoraliza os políticos, não esclarece à população que existem políticos sérios preocupados com a justiça social e com um Brasil mais feliz? Claro teriam que falar desta pequena bancada de esquerda e algumas raras exceções da outra parte.

E não nos digam que isso não é geografia. Será que as definições constitucionais sobre o tema a habitação o meio ambiente o salário, não têm implicações geográficas? Quem responde pela negativa vai continuar dando aquela geografia sem nenhum interesse do aluno que responderá com seus pesados cochilos na aula. E enquanto ele dorme.

Espaço cubano: notas para um debate

Rogério Haesbaert da Costa*

"Primer Taller Internacional sobre Transformación del Medio Geográfico en Cuba" – nossa expectativa, principalmente enquanto geógrafos, era enorme, diante da possibilidade de finalmente conhecer o território cubano. Eu, em particular fazia uso pela primeira vez de um passaporte tudo adquiria, então, um significado redobrado, desde as dificuldades financeiras até a burocracia de via-gem. Ficar 2 dias ao invés de 2 horas no Panamá foi um verdadeiro sufoco. Ao optarmos pela rota Aviança (Rio-Bogotá-Panamá) Cubana (Panama-Havana), não imagináva-mos tamanho contratempo. Ocorre que o Panamá, ou melhor, o que o imperialismo norte-americano fez no país, é uma lástima, talvez um claro exemplo do que fora a Cuba pré-revolucionaria: "cassino" tropical para os americanos, "paraíso" do consumo (zona franca) e da especulação financeira (o dólar como moeda corrente), antro de corrupção e exploração da população pobre. Corrupção que acaba contagiando os próprios funcionários do aeroporto ao trocarem o nome de passageiros confirmados para o võo da Cubana ao preço de alguns dólares no bolso.

Cuba nos receberia também com contradições, é verdade, mas sobretudo com sua dignidade, com sua simpatia e com sua obstinada vontade de superar obstáculos, de avancar de vencer com suas próprias forças. O povo inteiro parece engajado neste processo, e isto se confronta de tal forma com o nosso individualismo e com a nossa tendência a valorizar mais as "coisas" do que os "homens", que não há capitalista que não se emocione com o espírito coletivo, o despojamento, a simplicidade e sobretudo a dignidade dos cubanos. Não há miséria, é verdade, e como disse Eric Nepomuceno, se ainda há pobreza, é uma pobreza digna, um povo de cabeça erguida, confiante na busca permanente de seu verdadeiro espaço. Se ainda há muito o que fazer, e a maior parte dos cubanos parece consciente disso. há também muitas conquistas para mostrar Apesar de nossos poucos oito dias na ilha, resumiríamos alguns fatos "geográficos" do que vimos, entre contradições e vitórias, nos seguintes pontos:

a) O espaço político:

"Vigilância" é norma para todo cubano, a fim de consolidar seu socialismo a apenas 140 Km da major potência capitalista. Os EUA, se hoje parece não ameaçarem mais com in-vasões (como o fez em 1961 na praia Girón), invadem o país com as ondas de rádio e ocasionais võos de espionagem, mantendo ainda dentro de Cuba (mas que os mapas cubanos ignoram) a base de Guantánamo, com seus 5 mil militares. A organização política interna se dá em várias "escalas" espaciais, numa estrutura centralizada, desde os CDRs (Conselhos de Defesa da Revolução), a nível de quarteirão até a Assembléia Po-pular Nacional (que é eleita pelas Assembléias Provinciais e que por sua vez elege o Conselho de Estado, chefiado por Fidel). Assegura se, assim, o pleno controle do territorio facilitando-se também a mobilização da população. Após quase 30 anos de revolução contudo esta parece de tal forma irreversível que há cubanos indagando-se sobre a possibilida de de distenção nesse controle

b) Um espaço de todos:

Nunca é demais repetir que a segregação espacial de outrora em que praias e bairros inteiros de Havana não eram acessíveis a pobres e negros, é hoje um absurdo. Poucos são os espaços "controlados" (V. abaixo "o espaço do turista"), quase sempre por motivos de segurança políticomilitar A freqüência a determinados locais, como restaurantes, teatros, cinemas e mesmo "motéis" é tão intensa que se deve sujeitar a filas, às vezes longas. O comércio, embora ainda restrito em termos de oferta e diversidade de produtos, tenta respeitar a igualdade no atendimento cada supermercado, por exemplo, atende a um determinado bairro. No

caso dos artigos básicos, em boa parte subsidiados, todos têm os mesmos direitos (impostos pela "libreta" de consumo) e priviligia-se na dieta alimentar os produtos de cada safra

c) O espaço urbano:

Cidades limpas, bem sinalizadas, trânsito fluindo tranqüilo (proporção muito maior de carros em Havana do que nas cidades do interior), man-sões "burguesias" hoje divididas por mais de uma família, muitos prédios antigos, alguns com conservação precária (não é considerada prioritária na atual conjuntura), atendimento deficiente dos transportes em Ha-vana (só conta com sistema de ônivana (so conta com sistema de om-bus), prática da autocontrução (pe-las "brigadas de trabalho", voluntá-rias) para resolver o problema (sério) de habitação. Muitos trabalhadores urbanos executam também tarefas no campo (colheita da cana ou do café por exemplo), e é estimulada a integração trabalho manual x trabalho intelectual (professores universitários, por exemplo, trabalhando na construção civil, uma vez por semana). Como não há especulação imobiliária, no interior é comum a área urbana edificada terminar e imediantemente começar a área rural, cultivada. A desconcentração demográfica e ecômica na capital é incentivada com a industrialização do interior e o controle das migrações (quem muda para a capital, por ex., perde o emprego e deve sijeitar-se a viver com parentes que mantenham).

d) O espaço rural:

Uma das maiores vitórias da revolução está no campo, mesmo porque a agricultura foi o setor econômico privilegiado pelo planejamento estatal. A irrigação e a mecanização avançaram muito — hoje, 70% da colheita de cana é mecanizada, apesar da diversificação agricola empreendida, ainda não foi superada a dependência em relação ao cultivo da cana, que ocupa 44,7% da área plantada, sendo que o açücar ainda respondia em 1985 por 74,4% das exportações. Embora 10% dos agri-

cultores ainda trabalhem em suas próprias terras, a tendência é de cooperativização, principalmente após o fechamento do mercado livre de produtos agrícolas, em 1984 (o Governo resolveu controlar o "enriquecimento" e o papel dos intermediários). O déficit na produção de alimentos ainda é expressivo, mas há um forte estímulo à recuperação / conquista de novas áreas agrícolas, apesar da ilha não ter grande disponibilidade de recursos naturais. Peuena, com 110 mil km, Cuba possui poucos rios e reservas minerais, além de uma elevada densidade de 90 hab/km² Petróleo, por exemplo, só se produz 7% do consumo, embora importações a preços reduzidos da URSS permitam reexportá-lo, a preços compensadores.

e) O espaço do turista:

A reabertura de Cuba ao turismo externo, efetivada no início da déca-da de 70, culmina hoje com um afluxo de 250 mil turistas/ ano, a terceira fonte de divisas do país, que necessita sobremaneira de dólares para pagar suas importações e sua dívida externa. Com isto surgiu uma contradição a necessidade de criar determinados espaços exclusivos para os turistas (especialmente os do mundo capitalista), que deixam seus dólares "tiendas" especiais, localiza das nos hotéis e mesmo no centro de Havana. Também criaram-se novos motéis para estrangeiros e, aliado ao grande incentivo ao turismo interno na presente década, deslocaram-se populações de locais como Varadero, segundo centro turístico do país, que passa assim a desempenhar exclusivamente esta função Segundo o próprio Fidel, esta abertura é um teste importante, pois se a revolução sucumbir ao contato com os estrangeiros, não terá valido a pena tanto esforço. Não podemos afirmar que uma mulher é casta se a conserva-mos trancada num quarto" (Jornal do Brasil, 3/1/88).

^aProfessor de Geografia da UFF/Niterói, RJ.

GE GRAFIA & SOCIEDADE

DIRETORIA BIÊNIO 86/88

Presidente José Borzacchiello da Silva

Vice-Presidente Carlos Walter Porto Gonçalves

1º Secretaria Iraci Palheta 2º Secretária Vanda Carneiro Claudino Sales 1ª Tesoureira
Neugesila Lins Vagner
2ª Tesoureira
Beatriz Ribeiro Soares
Coordenador de Publicações
José William Vesentini
Suplente da Coordenação de Publicações
Maria Graça Lima
Jornalista Responsável
Ana Rita Araújo Silva

Perestroika e "Glasnost" novos termos para a Geografia da URSS

Reagan deixa um legado inequívoco de acomodação com a URSS, que será difícil a qualquer sucessor nego-cear Será tentado, naturalmente. Há forças políticas poderosas e "lobbies" de armamentos nos EUA que não querem outra coisa que a volta da Guerra Fria, em toda sua intensidade e com todos os perigos da corrida armamentista. O anticomunismo de Reagan, público e notório, salvou-o de uma campanha de difamação por parte destes grupos. É difícil, por exemplo, imaginar um liberal, como Michael Dukakis, resistindo com a facilidade e indiferença de Reagan. E mesmo George Bush não tem o apreço que a chamada "extrema direita" tinha por Reagan.

Mas, como dizem, a procissão está

na rua. Pela primeira vez na história, EUA e URSS aboliram armas nucleares já colocadas em posição de ataque. Nunca tinha havido isto antes. O que houve foi acordo de controle de armas, isto è, limites à sua variedade e crescimento. Abolição, nunca. E foi aceita com entusiasmo pelo público americano, como indicam todas as pesquisas. Não há quem não tenha pavor de armas nucleares, embora a maioria das pessoas desconheça o assunto por receio psíquico de pensar nas suas conseqüências. É o mesmo, observou o físico nuclear, e Prêmio Nobel, Linus Pauling, do que pensar a sério na nossa própria

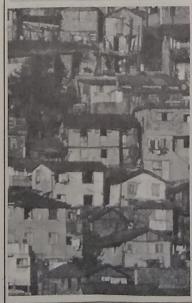
"Corridas armamentistas" não decorrem apenas de aspirações políticas. Numa época em que o capital realmente parece não ter pátria, ou seja, que é multinacional, sendo aplicado onde der mais lucro, uma indústria de armas é uma maneira de manter bilhões e bilhões de dólares investidos lucrativamente nos EUA.

E o critério de "segurança nacional" garante o protecionismo. Armadores japoneses construiriam a frota de 600 navios, pretendida por Reagan, por um terço do preço. Mas são inaceitáveis porque são estrangeiros. Armas são um vasto subsídio para setores da economia americana.

E também fossilizam uma economia, como exemplifica a União Soviética. Todo o talento e iniciativa individual dos soviéticos parecem concentradas em armas, em que realmente o país rivaliza em poder bruto com os EUA, enquanto que o resto da economia não é muito diferente da Colômbia.

Os EUA não têm mais a superioridade econômica sobre aliados como o Japão e Alemanha Ocidental que lhes permitia arcar com a chamada defesa do mundo ocidental, sem sérios prejuízos que afetem o nível de vida do público americano. E certo que Reagan sentiu bem a humilhação de uma considerável parcela dos americanos com os fiascos do Vietnã e do Irã, nos últimos 20 anos, e fazendo uma política militarista e de retórica agressiva, acalmou este ressentimento. Mas outras realidades agora se impõem. Os EUA precisam de mercados. Enfrentam um Tercei-ro Mundo cada vez mais voltado para a autarquia econômica, mascarada de nacionalismo. Enfrentam o protecionismo japonês e o do Merca-do Comum Europeu. A URSS é um vasto eldorado inexplorado. É do seu vasto eldorado inexplorado. E do seu interesse político e militar manter boas relações com os EUA. E é inexpugnável pelo poder militar americano. Reagan, o mais convicto dos anticomunistas, começou o governo chamando a URSS de "Império do mal". Termina chamando Gorbatchev. de "meu amigo" e sob pressões internas econômicas para as quais não parece haver muita saída em outras regiões do mundo, que não a URSS e seu Império. Este parece ter sido o resultado ao mesmo tempo invisível e mais concreto da cúpula

Transcrito da Folha de São Paulo 3/6/88.



Zona Canavieira, um novo nome?



pouco que ainda resta da Mata Atlântica não chega mais a justicar o nome da região. A "Zona Canavieira", como alguns técnicos e a maioria dos produtores preferem chamar, compõe um cinturão verde de 9.314 quilômetros de extensão, abrange 40 municípios e abriga uma população fixa de 1166.250 habitantes, 18% da população total de Pernambuco. Com uma densidade demográfica de 125,2 habitantes por quilômetro quadrado, a maioria da população vive em miséria absoluta: uma expectativa de vida de 47 anos, uma taxa de mortalidade de 37.8 para cada 1.000 habitantes, famílias constituídas, em média, por sete pessoas, e uma renda média familiar que não chega a 40% do salário mínimo.

Como cerca de 85% da população (aproximadamente 900 mil pessoas) depende direta ou indiretamente da cana-de-açúcar — responsável por 70% do potencial econômico de Pernambuco e por 15% de todo o ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) arrecadado no Estado —, o periodo de entressafra, normalmente entre abril e novembro, despeja 100 mil desempregados no mercado de trabalho. Este ano, a seca antecipou esse problema, que está gerando pânico.

Politicamente, a Zona da Mata vem tendo um papel fundamental na história recente de Pernambuco. Marcada pela desigualdade entre usineiros e trabalhadores rurais, a região é o palco natural da mais acirrada luta de classes que existe no Estado. De lá saíram movimentos como as Ligas Camponesas, fundadas em fins da década de 50 pelo advogado sindical Francisco Julião, mais tarde deputado do PTB e figura destacada no primeiro governo de Miguel Arraes, entre 1962 e 1964. As lutas desenvolvidas pelas ligas são hoje, de forma mais organizada estruturada, capitaneadas pela Feta-

pe (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), que congrega mais de 250 mil filiados só na região canavieira, onde se encontra o segmento sindical mais organizado e politizado do Nordeste (G.F.)

ado e polítizado do Nordeste. (G.F.)
Governo complica – Segundo um
documento enviado ao governador
Miguel Arraes pela AFC (Associação
dos Fornecedores de Cana), mais de
27 mil hectares deixaram de ser colhidos, representando 1,4 milhão de
toneladas de cana. Na safra 1987/88,
as usinas pernambucanas moeram
apenas 1,64 milhão de toneladas de
cana, contra 14,35 milhões de toneladas de 1986. Acusam, também, o
governo federal pela defasagem de
68% no preço da cana. Para o presidente da AFC, Antônio Celso Cavalcanti, a seca piorou "uma situação
criada pelo governo"

O que a seca não conseguiu, porém, foi unir forças historicamente antagônicas, como usineiros e trabalhadores, "Cada um tem seus próprios problemas e seus próprios interesses", argumenta José Rodrigues, presidente da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco). As voltas com o início de uma campanha salarial que, por causa da seca, promete ser das mais dificeis — os usineiros já adiantaram que não poderão cobrir sequer a defasagem de 70% que os trabalhadores estão reivindicando —, José Rodrigues tem alertado pela imprensa que não tem como evitar a convulsão social: "Não dá para controlar a fome do povo. Ao primeiro chamado, o camponês desempregado pode aderir à revolta e ao saque."

Isso pode ser confirmado em qualquer estrada da Zona da Mata. Em Serinhaém, a 81 quilômetros do Recife, José Nilton da Silva, Maria de Lucena e Luís Clementino, há seis dias perambulando à procura de trabalho, admitiram o saque como atitude extrema. "Estamos vivendo de esmola e até agora a gente não roubou. Mas não posso prometer" alerta José Nílton, com o assentamento dos companheiros de estrada.

Caramujo, receita de esquistossomose

Desde o fim de fevereiro, quando a usina Maçaú-Açu, em Vitória de Santo Antão, interrompeu a moagem por absoluta falta de cana, que o dia de Severino Manuel Constantino tem começado com uma insólita pescaria. Acompanhado de dois filhos pequenos, Severino percorre, diariamente, os dois quilômetros que separam sua casa, no Engenho Urucu, até um pequeno lago, onde os três pescam aroas, uma espécie de caramujo, que cozinham, misturam com um pouco de farinha e servem como invariável marjar, às vezes acompanhados de bananas verdes. fritas.

Severino é empregado cadastrado na usina e por isso ainda recebe um salário de Cz\$ 100 por dia – "Chega a Cz\$ 400 em época de moagem" –, insuficiente para manter a mulher e os quatro filhos, o menor com apenas 11 meses. "Nunca passamos por uma situação dessa, mesmo já estando acostumados com a miséria" comenta Severino, mostrando, resignado, o resultado da pescaria: "Isso vai ter que dar até amanhā."

O aroa, que alimenta a familia de Severino, nada tem a ver com o sofisticado escargó, primo rico do molusco, que frequenta os pratos mais finos e o cardápio dos melhores restaurantes. O caramujo é o principal transmissor da esquistossomose, doença mortal que ataca mais dmetade da população in fantil na área rural do Estado. (G.F.) Transcrito do JB – 3/4/88

(Transcrito do JB - 3/4/88)

A geografia do Estado e do grande capital na Amazônia

A ausência de critério de ocupação, o desconhecimento da natureza do solo e um mercado imobiliário sem qulquer tipo de preocupação a não ser o lucro, são as principais causas de tragédias perfeitamente evitáveis.

Todos os anos, com o início das chuvas, são milhares as famílias de todo o País, que ficam expostas aos riscos de deslizamento.

Por que nós, trabalhadores da geografia, não discutimos isso com nossos alunos? Fazendo isso, quem sabe?, nossas aulas cheguem mais perto do espaço de cada dia do cidadão brasileiro.

Cresce devastação da Floresta Amazônica

e maio a outubro do ano passado, o Estado de Rondônia queimou 19% dafloresta amazônica sobre seu território. A conclusão da análise dos dados obtidos pelo INPE através do satélite NOAA-9 mostra que nesse período os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Maranhão queimaram 205 mil quilômetros quadrados da floresta, ou praticamente o dobro do que foi devastado em 85

A extensão do problma causado por essas queimadas pode ser comparada com a erupção de um grande vulcão. A quantidade de fumaça e gases emitidas nessa temporada de queimadas é de cem a mil vezes superior àquelas registradas na erupção do "El Chicón", (México, abril de 1982), que comprovadamente causou profundas alterações na composição química da atmosfera e no clima da Terra.

A estimativa dos especialistas é de que essas queimadas, que precedem ao cultivo na região amazônia no período de estiagem, tenham lançado em 87 cerca de 500 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera. Outras emissões não menos significativa, como as de fumaça, causaram densas nuvens de milhões de quilômetros quadrados que fecharam aeroportos da região inúmeras vezes e aumentaram sensivelmente os registros de problemas respiratórios da população

DANOS AO SOLO

Num único dia em setembro passado, o satélite NOAA-9 detectou 6.800 focos de incêndio na floresta, coincidindo invariavelmente com os núcleos de colonização nessas áreas. Segundo estudos realizados pelo INPE e pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), mantido o atual aumento exponencial dessa devastação, Rondônia terá destruídas totalmente suas matas nativas até o início da próxima década, seguido pelos Estados do Mato Grosso e Acre.

O fogo representa para o colono o meio mais rápido e barato para limpar a área de cultivo no período de maio a outubro (secas). Entretanto, após quatro anos de plantio, essas áreas de lavouras são abandonadas devido à queda acentuada da produtividade do solo, quando os colonos saem em busca de novas terras para plantar

O representa para o colono o meio mais rápido e barato para limpar a área de cultivo no período de maio a outubro (secas). Entretanto, após quatros anos de plantio, essas áreas de lavouras são abandonadas devido à queda acentuada da produtividade do solo, quando os colonos saem em busca de novas terras para plantar.

"A floresta primária é insubstituível", explica Alberto Sstzer, pesquisador do Departamento de Meteorologia do

Estado	Área queimada KM²	% da área do Estado
Rondônia	45.452	18,7
Mato Grosso	78.718	8,9
Goiás	38,940	6,1
Acre	7,274	4,8
Maranhão	13.766	4,2
Pará	19,365	1,6
Amazonas	1.093	0,1
Total	204.608	*44,4

Este valor representa 4% do total da floresta amazônica sobre território brasileiro

INPE, que juntamente com os especialistas da área de Sensoriamento Remoto, Marcos e Alfredo da Costa Pereira, vêm realizando esse monitoramento por satélite para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

A compactação e perda de nutrientes do solo provocados pelas queimadas têm tornado inúteis as tentativas de implantação de pastagens destinadas a projetos agropecuários na região amazônica. Isso porque com a retirada da vegetação nativa, o solo torna-se permeável às águas na estação chuvosa, propiciando o surgimento de erosão, além do empobrecimento do solo que se torna inadequado para qualquer plantio.

PROCESSO HISTÓRICO

Documentos da época da colonização do Brasil já citam as queimadas como meio largamente empregado para preparo do solo para cultivo. Na Amazônia legal brasileira, essas práticas se ampliaram a partir de 1960 com as facilidades de acesso geradas pelas BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e BR-010 (Belém-Brasília). O processo acelerado e muitas vezes desordenado de assentamento humano na região, somado à implantação de projetos de desenvolvimento propiciou um aumento significativo dessa prática.

Nos meses de campanha de monitoramento, o satélite NOAA-9 - que permite cobrir praticamente todo o território nacional com uma única imagem - envia dado para a estação de recepção do INPE em Cachoeira Paulista. Processadas no mesmo dia em São José dos Campos, as coordenadas de localização dos focos de incêndio são transmitidas via telex imediatamente ao IBDF, órgão responsável pelo cumprimento do Código Florestal, que dentre outras coisas proibe a realização de queimadas.

Apesar de todo esse procedimento sistemático, a perspectiva dos especialistas do INPE é de nos próximos meses que antecedem o plantio na região amazônica ocorra novo agravamento do problema com a progressiva devastação da mata nativa. Esse temor é compartilhado por técnicos do IBDF, que contam com apenas um décimo do número de agentes de defesa florestal de que realmente precisariam para fiscalizar toda a extensão de cinco milhões de quilômetros quadrados de floresta sobre o território nacional.

Carmen Deia

Transcrito da Revista "ESPACIAL" Ano XVII nº 68 Março/Abril 1988 do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Amazônia é destruída com incentivo fiscal

MANAUS – O governo brasileiro pode deter a destruição da floresta amazônica. É só querer Para começar, pode acabar com o seu próprio subsidio ao desmatamento, modificando os critérios do Mirad – Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento – que consideram a derrubada da floresta como benfeitoria para fins de legalização da propriedade de terra e acesso a crédito.

"Para obter um título de posse definitiva de uma área de 100 hectares, um proprietário de terra desmata 10 hectares e fotografa. O Mirad comprova a benfeitoria e emite o título de posse que credencia o proprietário a solicitar credito rural, ou a vender a propriedade. A relação desmatamento-especulação de terras é induzida pela própria legislação". Jamenta o ecólogo Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Suspender o subídio ao desmatamento é o óbvio ululante em matéria de preservação ambiental

Fearnside é um dos pesquisadores estóicos da Amazônia brasileira. Há 14 anos, ele acompanha a expansão das fronteiras econômicas na floresta, e ainda não perdeu a calma. Americano da Califórnia, 40 anos, há 10 da Divisão de Ecologia do INPA – Instituto de Pesquisas da Amazônia –, esse PhD em biologia é uma das maiores autoridades em desmatamento no Brasil e no mundo. Na sua sala, congestionada de papéis, fotos de satélites e computadores, Fearnside monitora tudo o que diz respeito à ordem da floresta e sua ocupação humana, das técnicas de manejo auto-sustentáveis dos recursos naturais até o impacto dos grandes projetos, como a Transamazônica, o Jari, o Polonoroeste e Carajás

O ofício tornou-o pessimista. Mas não fatalista. "A destruição das florestas brasileiras vai continuar. Muita terra ainda vai ser desflorestada, já que a floresta é considerada como um estorvo, uma barreira à penetração, hostil ao homem. Essa perpecção equivocada ignora que a floresta requer políticas adequadas para a exploração de seus recursos. É só uma questão de determinação. O processo que está em curso pode ser mudado" observa.

Incógnita — O processo que está em curso o deixa de cabelos em pé Segundo Fearnside, o desmatamento no Pará e no Maranhão passou de 33 mil 913 km² respectivamente em 1987. As medições por satélite mostram que 558% das florestas do Pará e 8,68% das do Maranhão já se foram. O desmatamento avança em alta velocidade em Roraima, onde o IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — quase não dispõe de dados. Em 1978, eram 144km², apenas 0,06% do Estado. Em 1981, pulou para 1 mil 170m², 0,57%. O quanto será, agora, é uma incógnita. O deflorestamento também está aumentando ao longo da estrada Cuiabá-Santarém

Em Rondônia, no entanto, as taxas diminuíram Em 1985, a situação tinha chegado a um ponto tal que a progressão do desmatamento sugeria a destruição de quase 19% da cobertura vegetal do estado. Os brasileiros derrubaram, em 10 anos, uma área equivalente à Irlanda, cujas florestas os ingleses demoraram todo o século 18 para derrubar No final de 1985, entretanto, a diversificação das migrações e as notícias pouco entusiasmantes dos resultados do projetos de colonização em Rondônia diminuíram a entrada de colonos no estado. Rondônia, atualmente, perdeu só 15% das suas florestas.

Destino – O que o processo de destruição ilumina é a insistente rejeição brasileira ao destino florestal da Amazônia. Não obstante. Os brasileiros estão condenados a aceitar, um dia, a ordem da floresta, cuja opulência o hino nacional proclama, as crianças estuam e o romantismo, o positivismo e o nacionalismo ressaltam, com o mesmo entusiasmo com que os planejadores do desenvolvimento e os colonos derrubam. A saga da ocupação atual da Amazônia é um sintoma da ausência de inteligência. Sabe-se que, em muito poucos anos, a maior parte das florestas do sudeste da Ásia estarão esgotadas. As que restam na África Tropical, em menos ainda. Preservar a floresta é preservar um patrimônio genético estratégico. O Brasil é leviano com o futuro.

"Está provado que o modelo agropecuário não cabe na floresta. Ele só a destrói. A produção é temporária e esgota rapidamente. Adubar é muito caro. No norte, não há fábricas de insumo e o transporte é caro. Culturas com a do cacau, que em 1982 e 1983 deram lucro em Rondônia, estão em baixa, agora. As pragas, como o fungo da vassoura da bruxa, produzem grandes estragos. Em 1977, o quilo do cacau custava US\$ 3,50. Agora, está valendo US\$ 2,50", diz Fearnside.

Ricardo Arnt



A construção da Transamazônica, na década de 70, é o marco do processo recente de devastação na Amazônia

Enfim, uma proposta

o dia 5 de junho de 1987, Dia do Meio Ambiente, a distinção de Chico Mendes como único brasileiro entre 500 personalidades mundiais, ligadas à defesa do meio ambiente, agraciadas com o Prêmio Global 500 da ONU, provocou mal-estar no Rio e em São Paulo. Não havia um ecologista, nem um jornalista bem informado, que soubesse quem era Chico Seringueiro. Francisco Mendes, 43 anos, discursou no chiquérrimo Waldorf Astória, de Nova Iorque, para uma platéia sederada. Era o reconhecimento internacional de uma luta que, apesar de acontecer em nosso país, somente é desprezada

Reservas extrativas são alternativas ao desmatamento

RIO BRANCO - Em tempos de desânimo, surge, lá do fim do Brasil, um novo modelo de desenvolvimencapaz de travar a devastação incontrolada das florestas amazônicas. O governo do Acre acaba de criar a primeira Reserva Extrativista do país, uma área de 39 mil hectares, em São Luiz do Remanso, a 80km a Sudoeste de Rio Branco, que torna realidade um conceito defendido, há três anos, por seringueiros, ambientalistas e pesquisadores, do Brasil e

Vários projetos de reservas extrativistas estão sendo estudados para instalação no Acre e Rondônia. Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) estuda sua adoção em toda a Amazônia. Segun-do o secretário de Assentamento e Colonização do ministério, Cesário Menezes, "1988 será o ano do assen-tamento extrativista" Até a Eletronorte está interessada na implantação do modelo, nas florestas adja centes aos grandes lagos das hidrelé tricas da Amazônia, para preservá los do assoreamento e da erosão de correntes da derrubada das metas. Ironias de desenvolvimento: primei ro, afoga-se a floresta depois protege-se o que sobra para garantir lagos artificiais.

Revolução - Assentamentos extrativistas são unidades de conservação e produção implantadas em áreas ocupadas por grupos sociais cuja sobrevivência depende da exploração dos recursos naturais da floresta. Através de uma concessão de uso válida por 30 anos e renovável, regularizam se áreas coletivas de ex ploração garantindo o direito das populações dedicadas ao extrativismo preservarem seu modo de vida auto-sustentável. Técnicas essen-ciais são introduzidas para melhorar a qualidade do produto, baratear a produção e a comercialização e iniciar seu processamento industrial rudo sem perturbar as condições naturais de produção. Para serin-gueiros, castanheiros, índios e ribei-rinhos coletores dos 23 produtos conhecidos da floresta (há mais de cem, estimam os especialistas), ecologia não é iluminação, é sobrevivência.
O que parece óbvio implica uma

revolução no padrão de colonização da Amazônia. Trata-se, conforme a antropóloga Mary Allegretti, presi-dente do Instituto de Estudos Ama zônicos, de "rever o conceito de progresso para se pensar o significado do desenvolvimento da floresta' Por exemplo: as unidades extrativistas não podem ser implantadas com base na divisão arbitrária de lotes individuais e na propriedade privada. Seringueiras, castanheiras, sorgo, batata, guarana ou piaçaba distribuem-se desigual e irregular-mente pela floresta, impondo práticas econômicas específicas. O extra-tivismo combina um modo de produção familiar e individual com áreas coletivas comumente exploradas se gundo regras consolidadas e não escritas. A coleta de diferentes espécies, conforme o ciclo econômico, exige deslocamentos sazonais numa grande área limitada. A distribuição dos recursos na floresta não obedece à regua e ao compasso.

Queimadas - Mais de 30% da popu-lação rural do Norte do Brasil dependem dessa forma simples de sobrevivência. Mas seu padrão de vida é muito superior ao dos lavradores e assalariados agrícolas, atraídos pelos projetos de colonização implantados na Amazônia nos últimos anos. O transplante da infra-estrutura tecnológica e fundiária da produção agropecuária do Sul para a floresta tropical úmida não deu certo. Está provado. O resultado - hoje objeto de centenas de teses em universidades do mundo inteiro - é o ciclo derrubada da floresta-queimada - plantioabandono da área, um ciclo de dois anos, três, no máximo. Em Rondô-nia, 22% das florestas virgens do estado foram destruídos em oito

anos - um recorde de velocidade brasileiro.

As reservas extrativistas surgiram como resposta à probabilidade da repetição da devastação de Rondônia no Acre, elaboradas e defendidas pelo Conselho Nacional dos Serin-gueiros e pelos sindicatos de trabalhadores rurais do Acre, em 1985. A BR-364, Cuiabá-Porto Velho, a veia das migrações que aumentaram a população de Rondônia de 100 mil para um milhão de habitantes, em 15 anos, está sendo pavimentada até Rio Branco. Até setembro, deverá estar pronta. Seis a sete famílias de colonos, entram, a cada dia, no Acre. É fácil prever um novo surto de valorização da terra e concentração fundiária, a derrubada da floresta, a expansão das fazendas e a expulsão das populações do interior para a periferia degradada das cidades - ou para a Bolívia, onde já existem 50 mil seringueiros brasileiros.

O custo dos efeitos ambientais não costuma ser agregado aos cálculos da rentabilidade dos projetos. Mas a desordem dos fatores altera o produto. A concentração de empresas agropecuárias e a destruição das florestas no vale do rio Acre estão produzindo enchentes anormais em Rio Branco. Nas cheias de 1950, 1955 e 1971, choveu mais do que agora, mas as consequências foram mais suportáveis. O desmatamento transforma evento em catástrofe. Alguém deveria receber a conta dos prejui-

Ricardo do arnt Transcrito JB 22/2/88

A luta dos seringueiros no Acre

1. A LUTA ATUAL CONTRA OS DESMATAMENTOS

Apesar dos protestos a nível nacional e internacional, continuam os desmatamentos no Acre, onde mais de 5% da floresta já foi destruída pelos pecuaristas e madeireiros. Há uma semana um novo e grave desmatamento está ocorrendo no serin gal Equador

Os seringueiros de Xapuri, lidera-dos por Chico Mendes, estão se mobilizando para impedir esse novo crime ecológico contra a floresta Amazônica Acompanhados de suas famílias realizam o chamado "empate": colocam-se na frente dos tratores e moto-serras dos desmatadores e tentam impedir a derrubada.

O desmatamento do seringal Equador é ilegal. É rigorosamente proibida a derrubada de seringueiras e castanheiras e há uma flagrante violação do Código Florestal, da Lei 7.511/86 e da portaria 486-P do IBDF Apesar disso, a delegacia regional do IBDF do Acre, dirigida pelo Sr João Maia autorizou a ação dos desmata-

Respaldados pela autorização do IBDF AC os desmatadores requeriram e conseguiram a presença da Polícia Militar para garantir sua ação, contra a resistência pacífica dos seringueiros e de suas famílias.

A floresta é derrubada ilegalmente com apoio do órgão do Governo pago pelo contribuinte para protegêla e a polícia garante a ação dos criminosos contra o protesto dos trabalhadores honestos que querem ver cumprida a lei!

2. SERINGUEIROS SOFREM ATENTADO A BALA

Os seringueiros que ocupavam pa-cificamente a sede do IBDF, em Xa-puri, foram atacados a tiros por um grupo armado à 1.30h da madrugada, do dia 26 de maio/88. Foram feridos a tiros, enquanto dormiam, dois seringueiros um gravemente ferido com 7 tiros e outro com 2 tiros. Embora o quartel da PM fique a 30 metros do local do atentado, no momento do ocorrido não havia ninguém de guarda e nenhum policial interviu durante os disparos ou saiu em perseguição aos criminosos. A intervenção dos policiais se deu, sim, contra os seringueiros, pois, após o atentado, foram violentamente desa-lojados da sede do IBDF Quatrocentos seringueiros acampados diante do IBDF foram expulsos do local com brutalidade.

Esses mesmos policiais que agem com brutalidade com os seringueiros haviam sido vistos confraternizando com pistoleiros, ostensivamente ar mados, que perambulam constantemente pela cidade de Xapuri

A resistência dos seringueiros tem sido motivo de preocupação por parte da UDR que procura eliminar suas lideranças, principalmente, Chico Mendes, Chico nos últimos tempos, já sofreu seis atentados. Atualmente a UDR vem discutindo novas táticas para eliminar Chico fora de seu Município A vida de Chico Mendes e de seus companheiros está em risco. Mais do que nunca é necessária a solidariedade e o apoio de todos os brasileiros à luta dos seringueiros no

PROPOSTA DOS SERINGUEIROS COMO ALTERNATIVA AOS DESMATAMENTOS

O modelo predatório de ocupação da Amazônia, através da implantação de grandes projetos agropecuarios, levando a substituição da mata por pastagens, com grandes danos ao meio ambiente e colocando em risco a sobrevivência dos povos da floresta, fez com que o Conselho Nacional dos Seringueiros e a União das Ações Indígenas propusessem a criação de áreas de Reservas Extrati-vistas Para tal, reivindica-se a desapropriação por parte do Estado de grandes extensões de seringais e a concessão de uso por 30 anos, aos seringueiros que realizariam uma ex-ploração de forma coletiva. A criação das Reservas Extrativistas supõe também o estabelecimento de medi das que tragam a melhoria das condições de vida dos seringueiros, tais como: a criação de cooperativas para o equacionamento do problema da comercialização da borracha, o estímulo à pesquisa para que possa descobrir outros recursos vegetais existentes na floresta e que seja passíveis de comercialização e, ainda, a viabilização do atendimento médico e educacional aos seringueiros no local onde residem

Dessa forma, a implantação das Reservas Extrativistas se apresenta como uma alternativa econômica viável de exploração da floresta Amazô-nica sem destruí-la. Não está se propondo que a floresta fique intocada, mas, sim, que seja explorada de forma a manter o seu equilíbrio ecológico, dando continuidade a uma ativi dade tradicional no Norte do Brasil.

Sobretudo os seringueiros do

a favor da Amazônia



Acre vêm se mobilizando para a criação de Reservas Extrativas, en-quanto o processo de expansão da pecuária - que atualmente ocupa em torno de 5% do estado – não adquire as proporções alarmantes que vêm se registrando, por exemplo, no esta-do vizinho de Rondônia.

Mais do que nunca, neste momen-

to em que a Constituinte acaba de aprovar o capítulo sobre a defesa do meio ambiente, é hora de apoiarmos a luta dos povos da floresta – seringueiros e indígenas – por um modelo de exploração econômica compatível com a preservação do meio ambienfundamental para o futuro do Brasil e de toda a humanidade

Época de derrubadas acirra clima de tensão em Xapuri

O verão está chegando e já é hora de fazermos um alerta à população Gostaríamos de começar avivando um pouco nossas memórias Todos lembram do verão passado? Lem-bram dos momentos de sufoco que passamos quando a cidade de Rio branco ficou coberta por uma enorme nuvem de fumaça, impedindo até que os aviões pudessem pousar? Lembram que dezenas de crianças adoeceram de pneumonia, vítimas dessa fumaça? Lembram também da agonia que enfrentaram aqueles que tinham que atravessar a BR 317, no trecho Rio Branco-Brasiléia, em meio às grandes queimadas? Pois bem, meu amigos, se algumas pessoas esqueceram a maioria de nós ainda conserva viva em nossas memórias

Tudo isso é apenas consequência de um dos maiores crimes cometidos contra a natureza: as derrubadas. É por esse motivo que os seringueiros de Xapuri a cada ano reiniciam os movimentos de empate Este ano, a 30 quilômetros de Xapuri, já come-çam os empates no Seringal Equa-

Na semana passada, sessenta companheiros embargaram um desmatamento que, como sempre, estava sendo executado no arrepio da lei Quando os seringueiros tomaram conhecimento já haviam sido desmata-dos 20 hectares, sendo que o agente do IBDF tinha declarado não ter expedido nenhuma licença para o desmate, mas no dia seguinte, após o empate, o suposto proprietário reiniciava o desmatamento exibindo uma licença que o próprio IBDF se encarregou de fornecer

Os seringueiros não esperaram pa-

ra ver o restante da mata ser derrubada sem que nenhuma providência fosse tomada. Fizeram um segundo empate na área. No mesmo momento, os fazendeiros reuniram-se com o governador Flaviano, usando o cos-tumeiro argumento de que os seringueiros são agitadores, conseguindo dele (segundo um dos presentes) uma promessa de que o desmate seria garantido. Isto significa que o Governo poderá usar a força contra os trabalhadores seringueiros.

Pois bem, vamos fazer os cálculos. são centenas de castanheiras, seringueiras, madeiras de lei e mais duas vertentes que poderão ser destruidas, e que a própria legislação fede-ral tem sob proteção. Entretanto, o órgão encarregado de fazer a fiscalização é o primeiro a desrespeitar a lei, como sempre aconteceu em nosso

O que acontecerá se o Governo resolver garantir o criminoso desmate no Seringal Equador? Podemos antecipar provavelmente ocorrerão prisões de seringueiros que lá estão pacificamente tentando evitar que sejam cometidas barbaridades contra nossas riquezas naturais. Eles estão lá no Seringal Equador e estaesta la no seringar Equator e esta rão em qualquer parte para lutarem em defesa da vida. Temos nossa consciência como arma e lutaremos para que o futuro de nosso povo não seja apenas uma pequena lenda do passado

passado.

Por outro lado, lembramos que a comissão do BID que aqui esteve ficou impressionada com o trabalho dos seringueiros em defesa da flores-

ta e este foi um dos motivos que a sensibilizou para que apoiassem o PMACI (Plano de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indi-genas) no Acre, já que o Governo do Estado tem se manifestado favorável às questões ideológicas, pelo menos no discurso. Agora, imaginemos cono discurso. Agora, imaginemos co-mo essa comissão recebia a notícia que sessenta ou cem seringueiros foram presos em Xapuri por defende-rem a causa ecológica? Será que o Conselho Nacional dos Seringueiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, hoje conhecidos interna-cionalmente por essa luta, ficarão calados? Nunca.

Não podemos esperar que nosso Estado tenha um futuro semelhante ao Estado de Rondônia. Fazemos um ao Estado de Rondonia. Fazemos um apelo para que toda a sociedade civil assuma conosco essa luta. EM DEFESA DA VIDA E DA NA-TUREZA!

FRANCISCO ALVES MENDES FILHO

Presidente do STR de Xapuri Membro do Conselho Nacional dos Seringueiros

Transcrito "Gazeta do Acre" de 17/05/88.

QUEM É CHICO MENDES

Francisco Mendes Filho, líder dos Francisco Mendes Filho, lider dos seringueiros do Acre, é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e membro do Conselho Nacional dos Seringueiros. Nascido em Xapuri e seringueiro desde os nove anos de idade, em 1969, iniciou a luta em defesa dos direitos dos seringueiros de

Na década de 70, quando se inicia um processo de venda de seringais a investidores oriundos do Centro-Sul do País, que passaram a implantar fazendas de gado na região, come-çam a se dar as grandes derrubadas de mata e a expulsão de centenas de seringueiros das terras em que viviam. Os seringueiros expulsos passam a se dirigir às periferias das cidades da região, sobretudo Rio Branco e, completamente despreparados para exercerem atividades urbanas, sofrem um processo de degradação de suas condições de vida. Dessa forma, crescem a prostituição e a marginalidade nas cidades.

Em função disso, Chico Mendes e seus companheiros iniciam uma forte resistência contra os desmatamentos, contra a expulsão dos serin-gueiros da terra e contra os desmata-mentos, contra a expulsão dos serin-gueiros da terra e contra a eliminação de uma atividade – o extrativismo da borracha – que é secular no Acre e que tem a qualidade de ser compatível com a preservação do meio ambiente.

Por se destacar como um líder que vem defendendo intensamente a pre-servação da floresta, Chico Mendes vem sendo reconhecido internacionamente, tendo recebido no ano-passado dois prêmios no exterior o prêmio Global 500, oferecido pela-ONU em Londres e outro conferido pela Sociedade por um Mundo Me-lhor em Nova Iorque. (Comitê de Apoio aos Povos da Floresta. RJ e SP). nalmente, tendo recebido no ano

Córregos secos ameaçam rios no Espírito Santo

Cientistas discutem se grandes culpados são os eucaliptos. Será que eles serão presos?

VITORIA – Os córregos do norte do Espírito Santo estão secando. Muito breve o destino dos rios será o mesmo, pois são os córregos que lhes formam a bacia. O eucalipto é o grande vilão da história da desertificação de quase metade do estado do Espírito Santo, segundo um grupo de especialistas preocupado com a ecologia da região. Há, porém, quem livre o eucalipto de responsabilidades, para creditá-las todas ao desmatamento, que inclui o corte das matas nas cabeceiras dos rios.

A discussão já dura 10 anos. E enquanto os cientistas discutem, vão sumindo os córregos: de um universo de 130 a 150 já desapareceram mais de 100 deles, fazendo os rios baxarem seu volume d'água de tal forma que muitos já não têm força de desaguar no mar Os rios vão secando à medida que as florestas vão sendo abatidas, quanto a isso não há dúvida: de 16 mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica, em 1960, na região norte do Espírito Santo, restam hoje menos de 800 quilômetros quadrados.

Voz de Ruschi – Qual o papel do eucalipto em tudo isso? O cientista Augusto Ruschi, morto há dois anos, sempre sustentou que o grave não era apenas o fim do trecho talvez mais nobre da Mata Atlântica em todo o Brasil, trecho em que não faltavam preciosidades como o jacarandá, para muitos a rainha das ár-

vores do trópico, além da perobado-campo (outra espécie altamente cobiçada pela indústria madeireira), do jequitibá, do cedro etc. Grave também, dizia Ruschi, é a substituição dessas espécies nobres pelo eucalipto, "responsável pela desertificação da região" com seu alto consumo de água.

Os contestadores da tese de Ruschi não tardaram a aparecer Entre eles gente de conceito como Armando Navarro Sampaio, cujo trabalho em defesa do eucalipto em pouco tempo virou publicação oficial da Aracruz Florestal, a "holding" da Aracruz Celulose, empresa do grupo Sousa Cruz, dona da maior parte dos eucaliptais do Espírito Santo. Em Conceição da Barra, município que mais tem sofrido com a morte dos córregos e a desertificação, os eucaliptos estão divididos entre a Aracruz, a Acesita e a CBF (Companhia Brasileira de Ferro).

Terça parte — Conceição da Barra ê um município pequeno, sua área não passa dos 112 mil hectares, 35 mil dos quais plantados com eucaliptos. São, ao todo, 40 milhões de pês de eucaliptos cobrindo a rigor uma terça parte de toda a área de Conceição.

 Levei 70 anos nestas terras para descobrir que córrego também morre: basta botar eucalipto perto dele – diz um dos mais antigos moradores da região, Eugênio Bento Adão, 79 anos. Quem percorrer Conceição da Barra com espírito observador verá que a situação é realmente dramática. Pode percorrê-lo de ponta a ponta, de preferência ouvindo os pequenos proprietários. A paisagem é sempre a mesma, as palavras também. Se começar pelo lado sul, por exemplo, junto da divisa com o município de São Mateus, não verá um único córrego nesse trecho. Em compensação, verá eucalipto por todos os lados. Em Patrimônio de Santana certamente encontrará Manuel Florentino, 68 anos, um dos velhos moradores do local, pequeno proprietário em Corrego de Santana

 Os córregos desapareceram todos, o das Piabas, o da Água Boa, o dos Três Cantos.

Glaucoma – Além dos córregos secos, os eucaliptos são acusados também de provocar glaucoma, e a consequente cegueira, em número cada vez maior na região. Seu Manuel Florentino mesmo está à beira da cegueira e teve dois irmãos que morreram cegos. Há oito anos médicos do INPS, entre eles Leonildo Poltroniere, constataram que 10% dos negros atendidos no ambulatório de São Mateus tinham glaucoma. É a gente de Conceição da Barra também é atendida em São Mateus. O Dr Poltroniere, sanitarista com pósgraduação na Bélgica, iniciou um trabalho sobre isso mas não teve recursos para conclui-lo e acabou transferido da região. Diz que não pôde tirar as conclusões definitivas,

mas afirma que todos os casos de glaucoma procediam da região dos eucaliptos

Nessa parte sul de Conceição da Barra nem só os córregos estão secando. O próprio rio Cricarê, o mais importante de toda a região norte do estado, agoniza. Ascendino Joaquim dos Santos, 65 anos, 45 de rio, o mais antigo pescador da região, se queixa dos calípis que fazem a água baixar e levam o peixe, segundo ele

O segundo rio mais importante de Pedro Canário, o Itaúnas, passa pelos mesmos problemas do Cricaré. Os peixes sumiram, os pescadores estão desorientados pelas margens, o cenário às vezes lembra o nordeste, fami- clias inteiras indo embora, marido, mulher, filhos, levando vara de pescar, samburá, peneira nas mãos. Perto do lugarejo de Novas Itaúnas, o pescador Gilberto Alves, 55 anos, enumera os côrregos mortos, "até os maiores como o do Mosquito, da Garruncha, do Edísio, da Onça, das Pedras, sobrou o da Velha Antônia, perto de uma reserva de 20 hectares de mata"

Nova Itaúnas surgiu quilômetro e meio adiante da Vila de Itaúnas, que morreu coberta de areia que o vento trouxe com o desmatamento. Rogêrio Medeiros

(Rogério Medeiros) - Transcrito do JB-3/4/88

RIMA: Solução ou desastre?

Vanda de Claudino Sales - Membro da Diretoria Nacional da AGB

Quando em meados de 1986, surgiu, via Conselho Nacional do Meio-Ambiente CONAMA, a legislação que tornou obrigatória a realização de um Relatório de Impacto Ambiental-RIMA para todo e qualquer projeto, de natureza pública ou privada, que concretamente modifi-casse de forma negativa o meio sócio-natural, os cientistas, os ecologistas, as comunidades de bairros, as populações afetadas por projetos, boa parte da sociedade, enfim, respirou aliviada. A obrigatoriedade do RI-MA, parecia representar um primei-ro indício de que, a partir de então, iriam se modificar, ainda que minimamente, as relações de tratamento entre capital e natureza. Pois ao ser dimensionada a degradação ambiental como um elemento a ser pondera do, ascendendo assim a natureza natureza (não natureza-mercadoria) à categoria do avaliável, definiu-se a possibilidade de enorme benefício para o meio-ambiente (aqui colocado no sentido mais amplo que o termo tem). Para as comunidades e populações envolvidas pelos grandes projetos - que invariavelmente viam-se de forma arbitrária, despojadas de seus mecanismos cotidianos de re-produção de suas forças de trabalho - o RIMA parecia representar um instrumento preciso de defesa, na medida em que opinariam sobre os projetos em si e sobre o destino que esses projetos reservariam a eles próprios.

O RIMA garantiria tudo isso, por impor uma avaliação de todo o impacto a ser causado por obras no meio natural e na realidade sócio-econômica local, e por apresentar propostas de medidas mitigadoras e alternativas possíveis. A participação da sociedade estava assegurada pela etapa de audiência pública, na qual técnicos, associações de bairros, entidades de categoria, e quem quer que estivesse interessado, poderiam discutir e questionar o projeto e o próprio RIMA, cuja conclusão deveria ter caráter "mais que consultivo"

Passado não muito tempo desde a sua instituição, o RIMA começa a mostrar para que aginal ele parece ter vindo. Amparados em um item obscuro da legislação do CONAMA, o qual trata da contratação da equipe técnica a elaborar o RIMA, os mesmos especuladores imobiliários. os manipuladores da burocracia, os que lucram com a implantação de projetos, os executivos governamentais e os técnicos que bem se relacio-nam com esse "staff" parecem ter encontrado outra fórmula não só de ganhar mais dos projetos e do dinheiro público, como de institucionalizar essa fórmula sem maiores sobressaltos. Isso porque a equipe técnica a realizar o RIMA é contratada pelo próprio dono do projeto, impedindo, por assim dizer a impar-cialidade. Além disso, as técnicas mundialmente adotadas para avaliação de impactos ambientais, por se rem extremamente subjetivas, possibilitam ampla manipulação das aná lises, ou, no dizer de alguns avaliadores, a "maximização" ou "minimização" do que é mais ou menos importante. A defesa do meio ambiente, finalmente, dá lucro.

A audiência pública se colocaria como a fase que, teoricamente, poderia "limpar" do processo todo o tendencionismo que os mecanismos de realização do RIMA permite Ocorre que, embora se ouça falar de RIMA para tal e qual obra, pouco ou nada se ouve acerca da audiência pública (ainda que a legislação obrigue que a audiência seja amplamente divulgada pela imprensa, e que o relatório fique à disposição dos interessados). Além disso, é francamente questionável a atitude de se permitir a correção" do processo apenas em sua fase final, não só pelo imenso desperdício de tempo (leia-se verba). pela certa imoralidade que isso representa e pela possibilidade de não dar certo. Pois para tal, a sociedade civil, as entidades, os ecólogos, todos os que lutam pela melhoria da qualidade de vida, necessitariam estar ininterruptamente "a postos" Não é novidade que os "lobbies" e os monopólios apostam nas inúmeras dificuldades que acometem os grupos organizados de defesa da cidadania. para uma realecompreensão do que está sendo apresentado por um RIMA, "leigos" (interessados em geral) teriam que analisar dados que na verdade não conhecem - e tampouco sabem como foram produzidos - e entidades de categoria (técnicos em particular) teriam que por vezes, realizar outro RIMA para contrapor o oficial Ora, isso é, de antemão, sabidamente problemático

O RIMA no entanto, tem funcionado como uma palavra-chave para 'acalmar" os ecologistas e "sócioecologistas" Informar-se que certa obra vai ser realizado RIMA, é dar notícia ao público de que o meio ambiente vai ser considerado. Esse mesmo RIMA, porém, pode levar, de forma institucionalizada, à degradação de qualquer intensidade de acordo com as avaliações realizadas Essa palavra-chave tem feito ainda pipocar no Brasil um sem número de cursos de impacto ambiental e outro de implantação de empresas de consultorias especializadas no assunto A defesa do meio-ambiente, assim, passa a dar não só lucros, mas também devidendos.

Em um único aspecto, até agora, o RIMA parece ter tido, na avaliação geral, um resultado positivo, o de alimentar a interdisciplinaridade, na medida em que, para sua realização, trabalha com dados de economia, sociologia, hidrologia, geomorfologia, biologia, etc. etc. E já se fala alhures em cursos de Pós-graduação (quiça graduação) em Ciências ambientais, onde técnicos das mais variadas formações seriam especializados na análise de impactos ambientais.

para o Geografos que se contentam assunto RIMA adquire contornos bastante especiais. Quem não se lembraria, ao ler a listagem de assuntos a serem explorados pelo RIMA, dos currículos que teimosamente continuam a existir na maior parte dos cursos de Geografia país afora? Qual outro profissional aprende de tudo um pouco, exatamente com o nível de aprofundamento exigido pelo RI-MA, coroado pela Lei nº 6664/79, do Sistema CONFEA/CREA? O RIMA aponta para um mercado de trabalho até então desconhecido pelos Geógrafos, e que dá oportunidade de não ser obrigatoriamente professor ou funcionário público. Particularmente para os Geógrafos que contentam-se com essa análise retalhada, a novidade é boa.

Eis uma questão que nós, Geógra-fos, e a AGB, como entidade repre-sentativa da categoria, temos que começar a analisar. A primeira idéia que ocorre a todos, no campo profissional, é a de que precisa-se lutar pela defesa desse mercado de trabalho para a categoria, na medida em que a sua formação o gabarito melhor que qualquer outro profissional atuar nessa área (mais uma utilidade para a Geografia tradicional'). A questão, no entanto, é um pouco mais complexa. Que tipo de luta vem sendo realizada na última década pela categoria? A da melhoria da qualidade de ensino/prática, para formar Geógrafos críticos, posicionados, cônscios de sua responsabilidade como técnico e educadores inseridos no jogo social, por uma Geografia séria, analítica, profunda. Defender o RIMA para os Geógrafos nos moldes como ele ora se apresenta é, porén defender o que de conservador e superficial a Geografia tem, esticar nossa velha colcha de retalhos. A outra questão é de natureza "ética" e ideológica: podemos nos engajar na defesa de um processo que, nessa primeira análise, se coloca como um instrumento falacioso, de manipulação da sociedade, muito embora acene com melhoria da atuação técnica do Geógrafo?

Parece-nos que não. Parece-nos que a categoria precisa ter a isenção de analisar a questão RIMA da forma como ela se apresenta, sem "maximizar" où minimizar qualquer um dos seus aspectos, quer surjam como positivos para os Geógrafos quer negativos, como aparentam, para a so-

ciedade em geral. Diante disso, percebe-se que faz-se urgente a discussão do tema RIMA no âmbito da Geografia, não só para nos posicionarmos contra ou a favor, mas principalmente para avaliarmos as possibilidades de redirecionamento do processo. Afinal, nem todos que trabalham com RIMA são "malintencionados" Há técnicos sérios e responsáveis envolvidos com a análise de impactos ambientais. E não há nada que diga que os primeiros indí-cios de "O que é RIMA" tenham que ser verdadeiramente os últimos. A discussão, que bem poderia iniciar-se via seções locais da AGB, pode até mesmo esclarecer se essas más impressões aqui registradas são reais.

A questão Rima puxa outra, a da Geografia Física. Até o momento, são os "Geógrafos físicos" os que têm se beneficiado com o mercado de trabalho RIMA. Tem sido aparticularmente na área de "levantamentos fisiográficos" que os profissionais da Geografia vêm sendo mais requisitados. A questão que aqui se coloca não é a de discutir mercado de trabalho para o "Geógrafo físico". Esse é

um tema que absolutamente não pode ser discutido isoladamente, nem das outras áreas de atuação do Geografo, nem das outras questões gerais da Geografia e da sociedade. O ponto é: onde está a Geografia física dentro da AGB?

A AGB, pós-meados da década de 70 até meados da de 80, escamoteando sob a argumentação da Geografia crítica, baniu do seu interior a Geo-grafia física. "Essa" Geografia, colocada pela possante voz que então pregava a renovação radical da AGB como parte da poeira a ser varrida, foi definida como desnecessária, reacionária e entravante. "Analisar areinhas", afinal, não faz parte de ne-nhum projeto ortodoxo de revolução social, se ele existia. E dessa forma jogou-se no mesmo saco, gatos pardos, pretos, brancos e não gatos. Os 'geógrafos físicos" interessados na renovação da Geografia e da AGB foram, assim, escaldados.

O momento parece dar mostras de que as coisas afinal não são bem dessa forma, e já se percebe um certo movimento em torno do assunto. As Gestões Coletivas têm dado evidências desse movimento, na medida em que permitem maior participação de "geógrafos físicos", que têm assim a oportunidade de se colocarem acerca da Geografía e dos rumos da AGB, e de se fazerem ouvir nas suas opiniões sobre questões gerais, como "qualquer outro geógrafo". O VII ENG aponta também para essa "abertura", por apresentar um eixo sobre meio-ambiente (e não só Questão Ambiental) e vários cursos de Geografía física.

A abertura no entanto, ainda é insuficiente. Basta olharmos as publicações da AGB, à nivel nacional, que são quatro, no momento (publicações, sabidamente, representam o espírito dos grupos): o Boletim Informativo, o jornal "Geografia e Sociedade", as revistas "Terra Livre" e "Seleções de Textos" (em co-edição com a AGB São Paulo). O Boletim Informativo so informa e, portanto, como óbvio, não comporta veiculação de Geografia. O jornal, esté é um canal de circulação das manifestações reais da população brasileira, e assim não procede nele publicar Geografia. A "Terra Livre" é um instrumento para a formação e informação crítica dos geógrafos, mas com objetivos de alcances maiores que a Geografia, e assim nela não cabem textos "técnicos" (depois de muitas idas e vindas, sai uma "Terra-Livre" para pelo menos a Questão Ambiental). A "Seleção de Textos" que publica textos de difícil acesso, parece não encontrar inacessibilidade nessa linha de produção científica. A AGB, covenhamos, não tem espaço para a "Geografia Físi-

O RIMA abre mais uma possibilidade de surgimento desse espaço. A discussão RIMA, que tem passado pela Geografia e muito particularmente pela Geografia física, bem pode encontrar no âmbito da AGB um fórum de debates. Os "Geógrafos físicos" interessados em analisar a questão bem poderiam se agregar à discussão, se a AGB, via seções locais, se mobilizasse para tal.

Um pouco da Geografia urbana do brasileiro

A ausência de critérios de ocupação, o desconhecimento da natureza do solo e um mercado imobiliário sem qualquer tipo de preocupação a não ser o lucro, são as principais causas de trazédias perfeitamente evitáveis.

lucro, são as principais causas de tragédias perfeitamente evitáveis. Todos os anos, com o início das chuvas, são milhares as familias de todo o País, que ficam expostas aos riscos de deslizamento.

Por que nós, trabalhadores da geografía, não discutimos isso com nossos alunos? Fazendo isso, quem sabe?, nossas aulas cheguem mais perto do espaço de cada dia do cidadão brasileiro.

Clínica ocupava área condenada

 Dizer que a tragédia com a Clínica Santa Genoveva foi obra da natureza, algo imprevisível, é não dizer a verdade.
 A clínica jamais poderia ter sido construída naquele local. Ela já nasceu contratal.

A denúncia e o alerta são do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, vice-presidente da Associação de Geógrafos do Brásil, professor da PUC (Pontificia Universidade Católica) e integrante da Associação de Moradores de Santa Teresa. Walter está acompanhando o trabalho da Defesa Civil em Santa Teresa desde a tragedia com a Clínica Santa Genoveva e ajudando na identificação de residências situadas em áreas de risco.

Segundo eie, pelo código de uso do solo urbano, a Clínica Santa Genoveva, parcialmente destruida por uma avalanche, não poderta ter sido construida naquele local, onde a topografia sempre foi condenável. Cercando toda a área há um paredão (eievação de pedra) com uma inclinação de quase 90 graus. Logo abaixo desse paredão há várias falhas na rocha.

Uma chuva intensa, um raio ou um olho dágua, como diz haver a Defesa Crvii, podem causar uma tragédia. É foi our aconteces:

o que abbateceu.

Antigo militante das lutas de Santa
Teresa, Carlos Walter dir que o bairro é,
do ponto de vista topográfico, uma das
áreas mais acidentadas do Rio de Janesro. Os Morros dos Prazeres e Guararpes, a Rua Almirante Alexandrino são os

principais pontos de riscos. Para a prevenção das tragédias nesse local, o trabalho de encostas não basta, na sua

Mais importante é o respeito ao código de uso do solo urbano. Através dos trabalhos da associação de moradores as autoridades estão alertas. Aqui em Santa Teresa, por exemplo, de uma população total de 110 mil habitantes a metade vive em ocupações irregulares. O problema é nitidamente social, mas depois das chuvas passa a ser um problema bem maior. Há locais que precisam ser rapidamente evacuados. O primeiro passo seria a reforma orçamentária, permitindo que municípios de topografía acidentada tivessem uma dotação orçamentária maior para remoção dessas pessoas e para eventuais tragódias.

Carios Walter diz que em Santa Teresa há locais seguros de se morar "como a
residência de Dom Eugêno Salos", mas
que a população favelada, marginalizada
socialmente, e também a marginalizada
topograficamente, tornando o bairro
uma área de risco pela ocupação desordenada do solo. Segundo ele, Santa Teresa corre ainda o risco de ficar sociada,
sem acesso, pois as duas entradas para a
área próxima à Rua Joaquim Mamede
são a do Condomínio Equitativa, cheia
de lama, e a pela Rua Almirunte Alexandrino, onde um enorme buraco ocupa
quase toda a rua.

Transcrito de "O DIA" 23/2/88

Expansão desordenada aumenta o risco de deslizamento em São Paulo

Quem pensa que São Paulo está livre de acidentes como os que aconteceram no Rio de Janeiro devem lembrar-se dos problemas ocorridos no ano passado na Vila Madalena ena Avenida Sumaré. A geógrafa Agnes Fernandes, do Agrupamento de Estudos Geótecnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), lembra mais: na região norte da Grande São Paulo, área de grande expansão urbana sobre os municípios de Caierras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha, só no ano passado morreram 75 pessoas, com 800 feridos e 20 mil desabrigados, todos vítimas de problemas decorrentes do excesso de chuvas.

correntes do excesso de chuvas.

Participantos da equipe de técnicos que executaram a Carta Geotécnica da Grande São Paulo, Agnes não se conforme com o esquecimento das autoridades para fatos que ocorrem repetidamente, sem que se tome medidas severas contra os especuladores Com o processo de expansão desordenado, que obriga a população de menor poder aquisitivo a morar em loteamentos localizados em terrenos com condições de solo inadequadas, o fato é agravado pelos maus projetos de assentamento urbano, "que apresentam implantações

próprias de áreas planas para terrenos com mais de 30% de declividade" completa a geógrafa.

Elaborada em duas escalas, a Carta Geotécnica tem por objetivo fornecer as potencialidades e limitações do solo da região, dividindo-o em unidades com características iguais e apontando o tipo de intervenção a ser executada naquele trecho, antes de um projeto ser implantado.

Para serem executados cortes, aterros, desenhos de ruas e muros de arrimo, deveriam ser utilizados os dados da carta, que retine informações topográficas (declividade e alturas) com as características geológicas do solo.

A utilização desse tipo de trabalho em planos directores e planejamento de bairros e loteamentos é exigua na Grande São Paulo, onde exemplos gritantes da falta de bom senso sempre aparecem: parte do Conjunto Habitacional Rapeui deslizou sobre seu vizinho, o Jardim Paulista, que foi abandonado pelos moradores com terra e arreia na altura das janelas, ou mesmo em qualquer trecho da cidade de Francisco Morato, cheia de maus exemplos.

Folha de SP 29/2/88

Para construir é preciso conhecer o terreno

Para a execução de habitações seguras em encostas e morros, é necessário apenas o respeito à natureza, com um conhecimento prévio da formação geológica do terreno de implantação. Segundo o arquiteto Gilson Lameira de Lima, pesquisador de Agrupamento de Planejamento e Processos da Divisão de Edificações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o conhecimento da formação geológica do terreno onde essas habitações vão ser implantadas é um dever das autoridades. Elas deveriam possuir um zoneamento específico para ser aplicado a estas questões, o que certamente evitaria os desastres ocorridos nos últimos dias.

O IPT – um dos únicos institutos de pesquisa que possui trabalhos nesta área – já desenvolveu dois projtos a esse respeito: a elaboração de uma carta geotécnica e um projeto específico para a cidade de Campos do Jordão. A carta geotécnica fornece dados para a previsão e prevenção de problemas decorrentes da ocupação urbana, auxiliando o crescimento das cidades ao utilizar ade-

quadamente as características do solo. Os projetos específicos são executados de acordo com as necessidades de áreas a serem urbanizadas ou já ocupadas, como aconteceu recentemente na cidade de Campos do Jordão, onde o prefeito, para evitar novos acidentes como os que ocorreram ali na década de 70 (deslizamentos no bairro de Vila Albertina), solicitou ao IPT um projeto de assentamento urbano em áreas de declividade, para construção de casas populares.

Segundo explicou o arquiteto, o procedimento para a elaboração de projetos em regiões com relevo acidentado é sempre o mesmo: uma consulta à carta geotécnica da região (mapa das qualidades e características do solo da área), que revela para onde determinado loteamento deve se desenvolver. Como a maioria das cidades não tem um mapa elaborado de sua região, um técnico no assunto deveria ser chamado para identificar as áras mais propícias papara implantação, e sondagens posteriores confirmariam sua avaliação.

Lima cita o caso da Grande São Paulo, que já possui a carta geotécnica elabora, mas que continua crescendo para o lado errado. Por questões de especulação imobiliária a cidade avança para a região norte, nos municípios de Francisco Morato, Franco da Rocha e Caieiras, área de relevo e qualidade do solo nada recomendáveis.

Como o mercado imobiliário sempre acaba por invadir zonas pouco propícias à habitação — e portanto baratas —, a carta geotécnica deveria alertar o poder público no sentido de uma melhor localização dos futuros loteamentos. "Devemos tomar cuidado para que não ocorram em São Paulo desastres semelhantes aos do Rio de Janeiro, Petrópolis e Cubatão", diz ele

A ausência de critérios de ocupação, aliada ao desconhecimento da natureza do solo, são os grandes responsáveis pelos desmoronamento de edificações. Para evitá-los, o arquiteto do IPT recomenda "que não se faça intervenções excessivas no terreno, para que no futuro não ocorram problemas relativos à estabilidade do solo" Com um mapeamento adequado da declividade do terreno pode-se estabelecer áreas mais favoráveis ao parcelamento e implantação de ruas e unidades habitacionais, sem executar grandes cortes no terreno.

Muitas vezes o mercado imobiliário ignora esses fatores, acabando por aplicar em locais acidentados projetos urbanos adequados a regiões totalmente planas. A solução estaria então em projetos que utilizam pilotis, os quais eliminam quase por completo as movimentações no solo, além de permitir maiores áreas verdes para a abosrção da água.

Infelizmente a população de baixa renda acaba se apropriando de áreas pouco propícias, mas se recebessem orientações técnicas — de geólogos, engenheiros e arquitetos — evitariam muitos problemas, mesmo morando em locais de relevo acidentado.

Transcrito Folha de S. Paulo - 29/2/88

Favelas e política habitacional

STELA GOLDENSTEIN

As chuvas deste verão evidenciaram, para escândalo geral, a precariedade com que vasta população urbana de baixa renda resolve seus problemas habitacionais: criando, por sua conta e risco (alto risco), traçado urbano, infra-estrutura e habitações.

A rapida transição vivida pelo Bra sil, de país rural para país eminentemente urbano, aliada a taxas de crescimento vegetativo ainda altas, foram responsáveis pela implementação, nas periferias das médias e grandes cidades, de contingentes populacionais que vêm desenvolvendo estratégias próprias de assentamento.

As cidades brasileiras cresceram não só repetindo o fenômeno de degradação de seus centros históricos, conforme teorizaram os urbanistas americanos (escola de Chica go, especialmente), mas também desenvolvendo vastas manchas periféricas que já ao se implantarem estão degradadas desenhos urbanos ina-dequados à topografia, ausência de áreas institucionais, ausência de drenagem de águas pluviais, de esgoto, de pavimentação, exesso de tamponamento das várzeas, dos fundos de córregos, ocupação de morros com declividades acentuadas, cortes e aterros inadequados, enfim todo um quadro a exigir intervenções concre tas e rápidas.

Cabe, no entanto, recordar, que esta situação foi viabilizada porque bouve

 ausência de uma legislação de uso do solo urbano que garantisse limites à especulação imobiliária;

 ausência de políticas governamentais de aquisição de terras ou de normatização de seu uso, visando à acessibilidade à população de baixa renda.

- políticas de investimento público que favoreceram e viabilizaram a

especulação;
— favorecimento, dentre as linhas
de financiamento criadas para a
construção habitacional, às aplicações junto à população de média e
alta renda;

- concentração de renda tamanha, que a presença de vários trabalhadores em um núcleo familiar não lhe garante condições dignas de alimentação, saúde, transporte, quanto mais de habitação, este item carissimo!!

Todo este quadro permanece inalterado. As condições que obrigaram a população a buscar formas e locais certamente inadequados de moradia continuam presentes. Algumas destas condições, como a desvalorização dos salários, ainda mais agudizadas. E, no entanto, surgem com frequência aqueles que vém a público com soluções "salvadoras" vamos tirar todo mundo das favelas, criar conjuntos habitacionais e encerrar este assunto!

Cabe discutir a questão sob um ángulo bastante realista, antes que propostas populistas se implantem como plausíveis.

O problema habitacional situa-se no embricamento de algumas das mais candentes questões vividas pelo Brasil de hoje, papel do Estado na economia, legislação e reforma urbana, distribuição de renda e salários, papel dos subsídios públicos, reforma agrária, transporte urbano, enfim, o rol de itens que estão a exigir um repensar de toda a formação social brasileira, sem falar que exigem extensos recursos financeiros.

Planos que proponham a construção, a curto prazo, de 500 mil, um milhão de habitações, não levam em conta as condições objetivas de produção do espaço urbano e deste produto semi-industrial que é a habitação. Programas habitacionais, portanto, devem comportar escalas diversas de intervenção, instrumentos e projetos variados, complementares e integrados.

As propostas de remoção completa das favelas estão baseadas na premissa de que é impossível urbaniza las. É necessário que se percorra diversas favelas, para que se verifique que há uma gama de tipos de implantação, de densidades, de terrenos, de inserções no conjunto da malha urbana etc Só a análise caso a caso permite definir se uma favela é urbanizável ou não, se é recomenda

vel ou não a sua erradicação, se esta será total ou parcial. Um conjunto de fatores interferirá nestas decisões: condições objetivas e reimplantação da população em outra área, caracterização do núcleo em si, condições de financiamento do novo núcleo, caracterização jurídica da propriedade das terras de favelas etc.

As favelas não são todas urbanizáveis. Por outro lado, não são todas erradicáveis e freqüentemente podem se tornar lugares absolutamente decentes de se viver

No entanto, se de um lado a erradicação das favelas não é possível no quadro atual da sociedade brasileira, por outro lado a urbanização das favelas não é panacéia para o problema habitacional.

A urbanização de favelas deve ser compreendida como um capítulo do conjunto dos programas necessários para que haja avanço real na solução dos problemas habitacionais. Ao lado da produção de novas áreas e novas habitações, é possível e é preciso que se incorpore à "normalidade" bolsões hoje degradados. Já há hoje experiência acumulada que permite avaliar a possibilidade de permanência ou não de determinada favela, os níveis de risco e os condicionantes para o seu saneamento básico.

Estes programas devem ser necessariamente combinados, mesmo por que as favelas freqüentemente precisam ser desadensadas e a população em áreas de risco removida, demanda essa que se soma ao crescimento vegetativo da cidade e ainda intensa migração rural-urbana

No entanto, é mais fácil propor novas habitações do que o "conserto" das áreas já implantadas. Isto porque para as empreiteiras e empresas projetistas, habituadas a obras grandes, com projetos executivos convencionais dispendiosos, não é interessante ter que reprogramar-se e enfrentar obras definidas parcialmente em campo, na escala de execução, exigindo outra postura da en g e n h a r i a e da r e l a ção contratante/contratado.

Também a estrutura estatal não está equipada para este tipo de projeto. A cidade é pensada hoje pela máquina do Estado como um jogo desartículado, de peças que nunca se encaixam: esgotos, desenho urbano, pavimentação, habitação são feudos de grupos de interesses, raias para corridas individuais. A urbanização de favelas exige, no entanto, a atuação sobre um todo que é orgânico.

A reforma tributária, que aparentemente será aprovada na nova Constituição, garantirá aos municípios recursos que permitem este tipo de empreendimento. A sua destinação às áreas ocupadas por população de baixa renda, dotando-as da infraestrutura mínima necessária, definindo os locais de riscó, regularizando seu uso, quando possível, pela simples implantação de drenagens, pequenas contenções e pavimentação e, apenas quando necessário, pela remoção, é uma forma efetiva de distribuição de renda.

É preciso miopia para afirmar que estes investimentos incentivam a expansão das favelas. As favelas crescem basicamente porque há pobreza e, além disso, dentre outras razões, porque não há normatização e fiscalização do uso do solo que incorpore o parâmetro geotécnico (nem mesmo para os grandes investimentos públicos, estes sim, indutores de vetores de crescimento urbano)

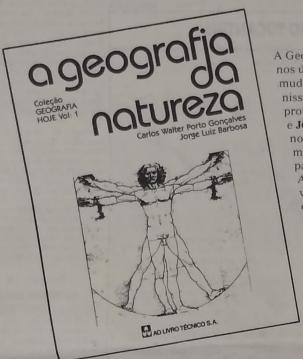
A presença do Estado, com os necessários investimentos em obras e na manutenção de serviços sanitários, de saúde, educação e transporte. É a única forma de retirar a população favelada do estigma de marginalidade, permitindo a sua integração (como trabalhadores que em sua maioria são) às normas de cidadania, minimizando-se a proliferação de verdadeiros "senhores da guerra" nas terras de ninguém que as favelas hoje são.

STELA GOLDENSTEIN. 35, pós-graduada em geografía pela USP atua na área de planejamento urbano e regional e é assistente da diretoria de pesquisa da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb).

Folha de São Paulo 24/03/88

FINALMENTE

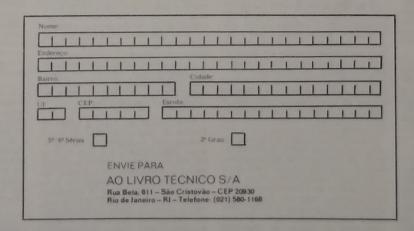
A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA CHEGA AO 1º GRAU



A Geografia vem passando por profundas alterações nos últimos anos. No entanto, pequenas foram as mudandas que ocorreram no 1º e 2º Graus. Foi pensando nisso que a editora AO LIVRO TÉCNICO convidou os professores CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES e JORGE LUIZ BARBOSA com larga experiência no magistério e destacada participação nesse movimento de renovação crítica da Geografia para escreverem a coleção GEOGRAFIA HOJE. A coleção GEOGRAFIA HOJE é constituída de 4 volumes, cujo conteúdo corresponde às 4 séries do 1º Grau (de 5º a 8º). E de se destacar nesta coleção o alto nível que é dado no tratamento dos problemas que se desenrolam no espaço geográfico do dia-a-dia de todos nós, com uma linguagem clara e bastante acessível para os jovens.

Solicite a Editora Os 4 livros que compõem GEOGRAFIA HOJE são:

- 1. GEOGRAFIA DA NATUREZA
- 2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
- 3. A FORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO
- 4. O ESPAÇO GEOGRÁFICO DAS SOCIEDADES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO



Quem faz o Mapa do Brasil

Criação do Estado de Tocantins leva UDR ao poder

RICARDO AMARAL

A UDR já tem uma vitrine para exibir ao país seu modelo de administração pública. Por decisão do Congresso constituinte, até o final do ano, pouco mais de 350 mil eleitores de 80 municípios goianos vão oficializar, em plebiscito, a criação do Estado de Tocantins. O 24º e mais pobre Estado da Federação nasce com a marca da União Democrática Ruralista, a mais poderosa organização no território de 286.706 quilômetros quadrados acima do paralelo 13.

"O Estado do Tocantins é a UDR no poder", afirma sem rodeios o presidente da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg), Aroldo Rastoldo. Pecuarista em Formoso (297 km a noroeste de Goiánia) e candidato a senador pelo novo Estado, Rastoldo assumiu a presidência da Faeg em 1985 com o objetivo de implantar sindicatos rurais identificados com a UDR no norte de Goiás. Em dois anos, criou 48 sindicatos e fundou nove regionais da UDR no que será o Tocantins. O objetivo agora é outro: "Vamos fazer o governador e 80% dos novos prefeitos", desafia.

Experiência no controle de políticos não lhe falta. A UDR obteve o
apoio de dezoito dos vinte constituintes goianos nas questões de seu
interesse. "Somos um Estado de vocação agropecuária e aqui só vai se
eleger quem estiver identificado conosco", proclama Rastoldo, em nome dos proprietários de seis milhões
de cabeças de gado e produtores de
2,5 milhões grãos/ano. "No começo
da Constituinte, só podíamos confiar
em dois ou três, mas agora os políticos nos obedecem", arremata.

A força da UDR no Tocantins é reconhecida até pelos adversários — os padres e bispos de quatro dioceses, onde a sigla CPT (de Comissão Pastoral da Terra) se confunde com a do PT (Partido dos Trabalhadores), mais o minúsculo PC do B. "A criação do novo Estado vai oficializar o poder que a UDR já exerce de fato na região", diz o agente pastoral Carlos Furlan, um dos coordenadores da CPT do Araguaia-Tocantins, que percorre as estradas poeirentas do Bico do Papagaio pedalando uma velha bicicleta Monark verde, herança do padre Josimo Tavares, assassinado há dois anos.

"A criação do Tocantins, enquanto o latifúndio estiver no poder, não será a redenção do povo, mas a redenção de alguns poucos", afirma Odete Ghannam, do diretório do PC do B em Araguaína, um dos dois que os comunistas têm instalados no Tocantins.

Assim mesmo, petistas, padres e comunistas não remam contra a maré do "sim" no plebiscito, marcado para 120 dias após a promulgação da nova Constituição. "Não podemos ir contra um anseio popular", justifica Odete. E a CPT avalia que, do ponto de vista da administração pública, a criação do novo Estado pode trazer benefícios imediatos para a população.

ESTADO DO TOCANTINS São Sebastião do Tocantins Argauging MA Legendas --- Rio Araguaia Porto Nacional Rio Tocantins Áreas agricalas
Áreas de criação
Áreas de garimp Áreas de criação de gado Áreas de garimpo Áreas de interesse turístico Área de interesse ecológico Áreas de conflitos de terra Áreas de miséria Sedes da UDR Sedes da CPT BA Dados estatísticos População (estimada): 1,1 milhão de habitantes Área: 286,706,000 quilômetros quadrados Pecuária: 6.5 milhões de cabeças de gado Agricultura: 2,5 milhões de toneladas de grãos

Candidatos

O décimo maior Estado brasileiro em extensão tem uma população estimada em 1 milhão e 200 mil habitantes, maior apenas que a do Acre e Rondônia e equivalente à de Sergipe. Caberiam todos em Brasília, mas em 15 de novembro vão eleger três senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais constituintes, além de prefeitos e vereadores de 80 municípios. Vinte desses municípios foram criados este ano, para redistribuir o quinhão eleitoral dos políticos do Tocantins.

Muitos não passam de povoados miseráveis, como Buriti, desmembrado de São Sebastião do Tocantins, no extremo norte do Estado. O PT aposta no baixo coeficiente eleitoral desses lugarejos para eleger pelo menos três prefeitos, segundo Furlan. Mas atuante nos lugarejos, a UDR já faz sentir sua presença, através de uma campanha de filiação de pequenos proprietários, aos quais atrai com facilidades como a dispensa do pagamento das contribuições.

A Igreja responde com uma citação de Lucas (16:1): "É impossível
servir a dois senhores: a Deus e ao
dinheiro" A frase está em cartazes
pregados nas igrejas com a pergunta: "De que lado você está?" "Os
poderosos fazem este jogo para confundir os pequenos", queixa-se o padre José Pedro Lisboa, um jesuíta de
Itapetininga que substitui na paróquia de São Sebastião do Tocantins o
padre Josimo, orientando a ação da
Igreja em 12 comunidades.

Pelas regras do jogo, a primeira tacada na disputa política do novo Estado cabe ao presidente da República, José Sarney, que tem 30 dias de prazo, após o plebiscito, para indicar o primeiro governador de Tocantins, com mandato de dois anos. Corre na frente o deputado federal José Freire (PMDB-GO), que tem o apoio do ministro fris Rezende. Despontam também o senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) o deputado Siqueira Campos (PDC-GO) e o ex-senador Benedito Ferreira (PDS).

Irapuan tem o cacife da UDR, que se abrigava em seu gabinete no Senado antes de ter sede própria em Brasília. Campos joga com a tradição de luta pela criação do Estado, sua única bandeira há mais de dez anos. Ferreira, embora negue ser candidato, é amigo e conselheiro do presidente. Todos se alinham com a UDR. Por via das dúvidas, Aroldo Rastoldo tem encontro marcado com o juiz federal Darci Martins Coelho, presidente do comitê pró-criação do Estado do Tocantins. "Ele pode surgir como uma solução suprapartidária", previne-se Rastoldo.

Editoria de Arte

Alheio ao frenesi dos políticos, o pescador Raimundo Rodrigues da Silva consertava sua rede na curva mais setentrional do Tocantins, numa tarde preguiçosa da última semana. Ele sequer sabia que o Estado seria desmembrado de Goiás. Feliz por não estar submetido, como os lavradores da região a uma diária de Cz\$ 250,00, Raimundo reagiu com pragmatismo à informação de que em breve deixará de ser goiano para ser tocantino. "Não acabando com os peixes do rio, pra mim, tanto faz"

Região já teve governo autônomo

O Artigo 61 das Disposições Gerais e Transitórias, que o Congresso constituinte referenda em primeiro turno esta semana, traduz o reconhecimento de uma reivindicação que começou como rebeldia em 1821. Em 15 de setembro daquele ano, o desembargador Joaquim Teotônio Segurado, representante da corte portuguesa na Comarca do Norte, criada por Dom João VI em 1809, rebelou-se contra o isolamento da região e proclamou o Governo Autónomo do Tocantins. Foi aclamado presidente, quando o Brasil ainda era parte do Reino Unido de Portugal e Algarves.

O Governo provisório, que teve sua primeira sede em Cavalcante, transferiu-se para São Paulo da Palma (hoje Paranã) e para Natividade, fugindo de confrontos diretos com as tropas da capitania-geral de Goiás Em 1863 a rebeldia transferiu-se para o norte do Estado, com a revolta da Cámara Municipal de Boa Vista do Tocantins (hoje Tocantinópolis), que mereceu o apoio de dois deputados ao parlamento imperial por Goiás – o Visconde de Taunay e Cardoso Menezes.

A rebeldia e o ánimo separatista sempre foram inspirados pelo abandono a que a região se viu relegada pelos administradores de Goiás. Entre Goiánia, atual capital do Estado e a ponte do Estreito, onde Goiás e Maranhão se dividem, há uma distância de 1.300 quilômetros, cobertos por asfalto só em 1978. Dos 140 mil funcionários publicos de Goiás, apenas 11 mil estão acima do paralelo 13, onde começa o Tocantins.

A emancipação do Tocantins transferiu-se para o Congresso Nacional através de sucessivos projetos do deputado Siqueira Campos (PDC-GO). (RA)